CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

P A R E C E R N°1406/72

Aprovado por Deliberação

em 2/10/72

PROCESSO CEE N° 751/64

INTERESSADO: FACULDADE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO

ASSUNTO : Encaminha Estatutos do Diretório Acadêmico "Carneiro
Leão"

CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU

RELATOR : Conselheiro Luiz Ferreira Martins

HISTÓRICO

Trata o presente processo dos Estatutos do Diretório Acadêmico "Carneiro Leão" da FFO de Ribeirão Preto, enviados para análise a aprovação.

A ilustre Assessoria deste Conselho, em sua informação, às fls. 256, entende que, conforme o disposto no art. 38, § 2° da Lei 5540, a matéria escapa à competência do órgão, uma vez que deve ser submetido à "instância escolar".

FUNDAMENTAÇÃO

O assunto, já analisado em situação semelhante por este relator, em parecer aprovado pela CETG em 24 de abril de 1972, sobre o Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina Veterinária e Agronomia de Jaboticabal, deve ser assim considerado:

A Lei 5540, no seu capítulo III, dispõe sobre o corpo discente 9 fixa , no seu art. 38, que:

"O corpo discente terá representação, com direito a vez e voto nos órgãos colegiados das universidades e dos estabelecimentos isolados de ensino superior, bem como em comissões instituídas na forma dos estatutos e regimentos".

instituindo, dessa forma, a representação oficial dos estudantes. Em seu artigo 39, § 1°, estabelece a possibilidade da organização de diretório, como segue:

"§ 1° - Além do diretório de âmbito universitário, poderão formar-se diretórios setoriais, de acordo com a estrutura interna de cada universidade".

O paragrafo 2° e o parágrafo 4° do mesmo artigo dispõem:

"§ 2º - Os regimentos elaborados pelos diretórios serão submetidos à aprovação da instancia universitária ou escolar competente".

§ 4º - Os diretórios são obrigados a prestar contas de sua gestão financeira aos órgãos de administração universitária ou escolar, na forma dos estatutos e regimentos".

CONCLUSÃO

Considerando-se os dispositivos legais destacados, pode-se concluir que:

a) A organização dos diretórios acadêmicos à opção dos próprios estudantes, uma vez que sua representação junto aos organismos colegiados universitários se faz nos termos do artigo 38 e seus parágrafos.

b) Uma vez constituído o diretório acadêmico, obrigatoriamente seus regimentos devem ser aprovados por instância universitária competente, à qual serão obrigados a prestar contas de sua gestão financeira nos termos dos seus estatutos e regimentos.

Pode-se, por outro lado, admitir que "instancia universitária competente", para aprovação da matéria seria a própria Congregação das Instituições, fixadas, se assim entender a CESESP, regras gerais a serem obedecidas pelas congregações dos Institutos do Sistema Isolado de Ensino Superior do Estado.

São Paulo, 24 de julho de 1972

a) Conselheiro Luiz Ferreira Martins - Relator

A CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU, na sessão realizada nesta data, após, discussão e votação, adotou como seu Parecer a conclusão do Voto do Nobre Conselheiro.

Presentes os nobres Conselheiros: Amélia A. Domingues de Castro, Luiz Ferreira Martins, Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães, Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, Wladimir Pereira e Olavo Baptista Filho.

Sala das sessões em 10 de agosto de 1972

a) Conselheiro PAULO GOMES ROMEO Presidente